

CLIPPING IMPRESSO 01/02/2015



INDICE

1.	DECISÕES	
	1.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
	1.2. JORNAL O DEBATE	
2.	EXECUÇÕES PENAIS	
	2.1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
	2.2. JORNAL PEQUENO	
3.	JUÍZES	
	3.1. JORNAL A TARDE	
	3.2. JORNAL PEQUENO	- 7
4.	PRESIDÊNCIA	
	4.1. JORNAL PEQUENO	
5.	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	5.1. JORNAL O IMPARCIAL	- 14



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CGJ - JUÍZES 01/02/2015 - JORNAL A TARDE 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 3 POSITIVA - CM.: 28 (7 x 4 col)

JUÍZA MARICÉLIA GONÇALVES É A MAIS NOVA JUÍZA AUXILIAR DA CAPITAL

Juíza Maricélia Gonçalves é a mais nova juíza auxiliar da capital

A Comarca da Ilha de São Luís conta com mais uma juíza para desempenhar a função de auxiliar. Trata-se da magistrada Maricelia Gonçalves, oriunda do Juizado Especial de Santa Inês, promovida pelo critério de merecimento. O termo de exercício foi assinado na manhã desta sexta--feira (30), pela corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, que destacou o empenho com que a juíza desempenha a magistratura.

Ao entrar em exercício, Maricélia Gonçalves disse estar preparada para assumir este novo desafio e que vai continuar atuando com presteza e zelo na busca da eficiência do Judiciário. "Quero continuar o trabalho realizado em Santa Inês, primando pela agilidade e eficácia das ações para uma prestação jurisdicional célere", prometeu.

Maricélia disse apoiar as iniciativas da Corregedoria para garantir o bom funcionamento da Justica estadual e que está à disposição para colaborar nas iniciativas do órgão correcional. "Quero participar efetivamente das ações da Corregedoria em prol dos nossos cidadãos, em especial os trabalhos que envolvam juizados especiais", disse.

Nelma Sarney adiantou que designará a juíza para atuar temporariamente junto à 1ª Vara de Execuções Penais da capital para dar suporte ao grupo de trabalhos da Defensoria Pública dará início, na próxima segunda-feira (02), às ações para identificar presos no sistema prisional cuja situação esteja em desconformidade com a lei. Inicialmente o esforço será concentrado na Casa de Detenção (Cadet).

Com 13 anos na carreira da magistratura, Maricélia Gonçalves atuou nas comarcas de Carutapera, São Luís Gonzaga, Santa Luzia e Santa Inês, nesta última por um período de quatro anos.



1º CADERNO - POLÍCIA - PAG.: 8 POSITIVA - CM.: 88 (22 x 4 col)

DEFENSORIA PÚBLICA REALIZA FORÇA TAREFA EM PRISÃO DA CAPITAL

Defensoria Pública realiza força tarefa em prisão da capital



Reunião definiu ações da Força Tarefa

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) estará realizando, a partir de hoje (02), às 8h30, a segunda etapa da força-tarefa em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão. Dez defensores públicos titularizados no Núcleo de Execução Penal (NEP), da DPE/MA, farão o atendimento presencial a 665 detentos custodiados na Casa de Detenção (Cadet), unidade prisional situada no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Na semana passada, foi feito o levantamento de dados dos internos e análise processual.

No período de 02 a 13 de fevereiro, a equipe fará possíveis pedidos de benefícios como remissão de pena, progressão de regime, habeas corpus, dentre outros. Na ocasião, buscarão identificar possíveis irregularidades na documentação básica que compõe o processo de cada pessoa presa, tomando as devidas providências junto ao Tribunal de Justica (TJ).

Para a defensora geral do Estado, Mariana Albano de Almeida, ações como esta são de grande importância para amenizar o clima de tensão dentro dos presídios, uma vez que contribuem, dentre outros, para reduzir a superlotação por meio da regularização da situação dos internos. "O Cadet será a primeira unidade a receber os defensores públicos, de forma concentrada, este ano.

Mas a nossa intenção é expandir, ao longo do ano, a força-tarefa para os demais presídios, e algumas comarcas do interior", destaçou

Segundo o defensor público e titular NEP, Paulo Rodrigues da Costa, existem casos de irregularidades em documentação, como ausência de guias de recolhimento e de certidões, que obrigatoriamente precisam acompanhar a petição para que o juiz possa proferir futuramente as sentenças. "Nossa ação visa revisar processos, identificar possíveis presos que estão fora do padrão legal de cadastro no sistema de Justiça e buscar, caso seja permitido, a concessão de beneficios", disse.

Paulo observou ainda que é

necessário padronizar o ingresso do apenado. "O aperfeiçoamento do sistema é um processo contínuo e no momento estamos discutindo as soluções em conjunto para regularizar a situação", revela.

Durante reunião realizada na sexta-feira (30), na sede da Corregedoria Geral de Justiça, entre a defensora geral do Estado, a corregedora geral, a desembargadora Nelma Sarney, e o defensor Paulo Costa, foi acordada a disponibilização de dois juízes auxiliares com atuação na 1º Vara de Execução Penal que darão apoio às solicitações dos defensores durante o período da força-tarefa.

"Estamos buscando aplicar a Lei de Execuções Penais da maneira correta e para isso precisamos continuar o trabalho de organização das unidades prisionais iniciado em 2014. Para gerir é preciso conhecer, identificando todas as pessoas presas e analisando a situação caso a caso", disse Nelma Sarney.

Atuação - Os defensores públicos que atuam no Núcleo de Execução Penal da DPE prestam atendimento, de maneira regular e sistemática, a todas as unidades do Complexo de Pedrinhas, onde além de monitorarem as condições de cumprimento da pena, realizam atendimentos individualizados, prestando orientações aos detentos sobre os seus processos e também ingressam com as medidas judiciais pertinentes.



LEI

Lei

Foi considerada inconstitucional, pelo órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão, a Lei n°1.261/1993, que dá estabilidade a servidores públicos municipais. Considera-se não estabilizado servidor que não cumpriu o prazo de cinco anos de exercício.

Constituição

A determinação é previsto na Constituição Federal de 1988 -, desde que a natureza das atribuições dos cargos ou funções ocupados seja permanente, dos órgãos de todos os poderes, autarquias, até as de regime especial, e fundações públicas.

SAAE

A arguição de inconstitucionalidade foi proposta pela desembargadora Nelma Sarney, após o Serviço Autônomo de Águas e Esgotos (SAAE), em Caxias, ter recorrido em apelação cível contra sentença em favor de um servidor municipal. Agora só resta cumprir.



TJMA

Justiça condena bancos por empréstimos fraudulentos

Os bancos do Brasil, Santander e BMG terão que indenizar, por danos morais, clientes vítimas de empréstimos fraudulentos efetivados naquelas instituições financeiras, por decisão da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), após julgamento de vários processos sobre contratação e cobrança irregular de empréstimos bancários. Todos os processos ficaram sob a relatoria do desembargador Cleones Cunha.

Em um dos processos, o Banco do Brasil foi condenado a indenizar em R\$12 mil um cliente que teve seu nome incluído indevidamente nos serviços de proteção ao crédito, em decorrência de empréstimo fraudulento contratado indevidamente em seu nome.

No julgamento do processo relativo ao banco Santander, o valor da indenização foi fixado em R\$ 8 mil. O banco ainda chegou a cogitar a possibilidade de a contratante ter sido vítima de golpe, apontando que toda a documentação necessária foi apresentada no ato da transação bancária,. O colegiado, no entanto, negou provimento ao recurso, acolhendo voto do desembargador Cleones Cunha pela condenação daquela instituição bancária.

No processo que envolve o BMG, o valor de indenização, por danos morais, foi aumentado de R\$ 2 mil, para R\$ 10 mil, após recurso interposto pelo cliente junto ao Tribunal de Justiça contra sentença da Justiça de 1º Grau. Tendo em vista o caráter pedagógico preventivo e educativo, os desembargadores membros da câmara estabeleceram em R\$2.974,72 o valor da indenização por danos materiais.

No julgamento dos processos, os argumentos das instituições financeiras não convenceram o desembargador-relator Cleones Cunha. Para o magistrado, os bancos e estabelecimentos comerciais devem utilizar todas as precauções para garantir segurança na efetivação de cadastros, não tendo os clientes vítimas de fraude a obrigação de arcar com pagamentos de dívidas decorrentes de contratos juridicamente irregulares.



Desembargador-relator Cleones Cunha



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CGJ - VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS 01/02/2015 - JORNAL O IMPARCIAL

2º CADERNO (URBANO) - URBANO - PAG.: CAPA

POSITIVA - CM.: 60 (15 x 4 col)

DAVI TELLES FALA DA ATUAL SITUAÇÃO DA CAEMA E O PLANO DE GESTÃO





2º CADERNO (URBANO) - URBANO - PAG.: 01 E 02

POSITIVA - CM.: 1152 (96 x 12 col)

DAVI TELLES FALA DA ATUAL SITUAÇÃO DA CAEMA E O PLANO DE GESTÃO

ABASTECIMENTO Rodízio de água acabará em dois anos

À frente da Caema há um mês, o diretor-presidente anuncia as primeiras mudanças internas e externas na companhia, além dos projetos que estão sendo desenvolvidos e implementados

m entrevista exclusiva a **O Imparcial**, o novo diretor-presidente da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema), Davi Telles, conversou sobre os desafios que a empresa tem para os próximos quatro anos de gestão do governo Flávio Dino. Com uma dívida global em torno de R\$ 700 a R\$ 750 milhões, a Caema está passando por uma reestruturação para se tornar mais lucrativa. Entre as primeiras medidas tomadas, o diretor destacou o corte de cargos comissionados e uma análise sobre a situação judi-

cial e financeira da empresa.

Davi Telles falou ainda sobre os investimentos que estão sendo feito para melhorar o abastecimento de água para toda população, tanto da capital como do interior do estado, e o fim do rodízio de água nos próximo dois ou três anos, além de anunciar uma força-tarefa que vai despoluir a Lagoa da Jansen. Confira abaixo a entrevista na íntegra.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CGJ - VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

01/02/2015 - JORNAL O IMPARCIAL

2º CADERNO (URBANO) - URBANO - PAG.: 01 E 02

POSITIVA - CM.: 1152 (96 x 12 col)

DAVI TELLES FALA DA ATUAL SITUAÇÃO DA CAEMA E O PLANO DE GESTÃO

O IMPARCIAL: Uma das primeiras medidas que o senhor tomou ao se tornar diretor-presidente da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão foi solicitar uma auditoria externa contratada, que terá o papel de investigar e analisar a situação financeira atual da empresa. Isso já está sendo feito?

David Telles: O problema é que basicamente as últimas auditorias externas da Caema nos quatro anos que antecederam a nossa gestão foram inconclusivas. Não concluíram nada por conta de problemas e rotinas internas, por isso a gente quer contratar uma auditoria externa. Já estamos vendo como faremos isso. Não é só contratar uma auditoria externa. Temos que adequar os nossos procedimentos internos para que a auditoria seja conclusiva. Por isso, já estamos providenciando. A auditoria atual que tem feito laudos inconclusivos ela ainda tem um trabalho por apresentar. Então, ao mesmo tempo que estamos aguardando a nova conclusão desses laudos, desses relatórios, a gente está dando conta de encontrar uma nova auditoria externa para ser contratada.

O senhor já tem noção de quanto é a dívida total da Caema?

Só de dívida fiscal a Caema tem meio bilhão de reais. Isso só de tributos federais. Se formos contar a dívida global com empresas, fornecedores e de dívidas de processos judiciários provavelmente que serão perdidos, a dívida gira em torno de R\$ 700 a R\$ 750 milhões. Hoje o valor de receita líquida da Caema varia de R\$ 20 milhões a R\$ 26 milhões/mês. No entanto, temos despesas ordinárias de R\$ 30 milhões. Temos um déficit de oito a nove milhões por mês. Qual é o segre-

do para acabar com esse déficit? Primeiro a gente tem que hidrometrar. A gente tem que cobrar pela água que produz e combater perdas. Para que as pessoas tenham a consciência de consumir água de forma racional. E outro é aumentar a receita da Caema e diminuir as despesas desnecessárias da Caema, adotando uma metodologia rigorosa com relação a gastos públicos. Ela tem que gastar só o que for necessário.

E como está a inadimplência do consumidor ecomo a Caema pretende reverter essa situação?

A inadimplência da Caema hoje gira em torno de 20%. Antes da inadimplência primeiro nós temos um problema de perdas. Cerca de 60% a 65% de que a gente produz de água não se transforma em receita. Aí a gente tem dois tipos de perda. A perda aparente, que é aquilo que chega no consumo do cliente, mas não se transforma em receita. E a perda de vazamento, que não chega à casa do consumidor. A gente só consegue faturar 30% a 40% do que produzimos. Imagina uma empresa que não consegue transformar em produto 60% do que produz. Do que a gente consegue faturar, temos ainda uma inadimplência de 20%. E aí, em combate à perda, a gente instituiu uma comissão por meio de uma portaria para elaborar e implantar o nosso programa de combate a perdas, que tem perdas relativas desde a nossa área comercial, que tem que ser feito um cadastramento, que tem que melhorar o faturamento, adequar o nosso cadastro etc. E também tem as perdas operacionais que diz respeito a vazamentos, pitometria, pressão nas redes etc. Para acabar com a inadimplência, pretendemos usar de mecanismos

de premiação aos consumidores que estiverem em dia com a Caema. A gente está estudando essas possibilidades.

Outra medida anunciada pelo senhor foi a reestruturação organizacional dentro da empresa, com o fortalecimento de uma comissão de planejamento. De que formaisso está acontecendo?

Em relação à reestruturação organizacional, na última reunião com a nossa editoria, cortamos quase 80 cargos comissionados. E nas próximas reuniões a gente pretende racionalizar mais 25 cargos comissionados. Quando assumimos a direção da Caema, tínhamos 512 cargos comissionados de 2.100. Ou seja, um chefe para cada quatro funcionários da Caema. Então, estamos racionalizando isso. E pretendemos racionalizar ainda mais a quantidade de cargos comissionados.



Em relação à reestruturação organizacional, na última reunião com a nossa editoria cortamos quase 80 cargos comissionados. E nas próximas reuniões a gente pretende racionalizar mais 25 cargos comissionados. Quando assumimos a direção da Caema, tínhamos 512 cargos comissionados de 2.100.



Só de dívida fiscal a Caema tem meio bilhão de reais. Isso só de tributos federais. Se formos contar a dívida global com empresas, fornecedores e de dívidas de processos judiciários, provavelmente que serão perdidos, a dívida gira em torno de R\$ 700 a R\$ 750 milhões. Hoje o valor de receita Líquida da Caema varia de R\$ 20 milhões a R\$ 26 milhões/mês





2º CADERNO (URBANO) - URBANO - PAG.: 01 E 02

POSITIVA - CM.: 1152 (96 x 12 col)

DAVI TELLES FALA DA ATUAL SITUAÇÃO DA CAEMA E O PLANO DE GESTÃO

E o estudo do passivo judicial. O senhor já recebeu um raio-x desta situação?

Estamos fazendo um levantamento dessa questão com a juíza titular da Vara de Execuções fiscais. Vamos marcar na próxima semana uma reunião com o juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, e vamos procurar o Ministério Público para a gente estabelecer o diálogo produtivo com o sistema de justica. Temos quase 50 ações ambientais que geram penhoras milionárias, por conta de tratamento de esgoto que não é feito adequadamente e nós temos também problemas de natureza civil e trabalhista, consumista etc. Por isso, estamos fazendo o levantamento dessas ações para fazer uma grande pauta de negociações. Inclusive fizemos uma reunião na semana passada com o Procon-MA para melhorarmos a qualidade de nosso atendimento ao consumidor e evitarmos reclamações.

Uma das bandeiras do governo Flávio Dino é o Programa
Água para Todos. O governador pretende melhorar os serviços oferecidos à população.
A proposta estadual dialogará com o programa nacional,
reforçando as parcerias e buscando a ampliação do atendimento nos municípios quanto
ao abastecimento de água e acesso a banheiro nas casas dos maranhenses. De que forma isso

vai acontecer?

O Programa Água Para todos é o ponto número um das 65 metas apresentadas pelo governo Flávio Dino. O programa vai ter no primeiro momento três dimensões. Primeiro dentro do Programa Mais IDH, onde vamos levar sistema de abastecimento pleno para todos os municípios na sede das 30 cidades de menor IDH. Já apresentamos estas propostas para os prefeitos e movimentos sociais na semana passada. O segundo ponto é que em médio prazo entre dois anos e meio ou três anos pretendemos acabar com o rodízio de água em São Luís. Muito se disse que essa nova adutora ela resolveria esse problema de intermitência de água na cidade. Isso não corresponde à realidade. Essa adutora vai incrementar cerca de 200 litros por segundo na nossa produção de água. A gente, na verdade, precisa de 1.000 a 1.200 litros por segundo de produção de água para resolver nosso problema de intermitência. O nosso problema de intermitência não está só relacionado à questão do bombeamento ou produção de água tratada no Sistema Italuís. Diz respeito ao programa de perdas que já lançamos. Vamos também fazer uma obra de reforço de vazão que vai custar muito dinheiro. O governo Flávio Dino já assegurou recursos que será uma espécie de rebombeamento na altura do quilômetro 22 da BR 135. Vamos aumentar a cota

dos sistemas com uma elevatória o que vai incrementar a produção de água tratada 1000 litros por segundo. Com essas medidas e com a substituição de pontos de estrangulamento da rede de distribuição de São Luís, ai a gente vai resolver o problema de abastecimento de água de São Luís. E o terceiro ponto Água para todos é resolver a questão de água do déficit de produção e distribuição de água em cidades estratégicas como Imperatriz, Açailândia e de outras cidades de médio e grande porte do Maranhão. Vamos ampliar o nosso atendimento além desses 30 municípios estamos elaborando projetos para acessar financiamentos para levar o Agua Para Todos para outras cidades do estado e reduzir o déficit de abastecimento de água domiciliar tratada que é mais de 50% no estado que o pior do Brasil.

A Odebrech está sendo responsável pelo abastecimento de água em São José de Ribamar e Paço do Lumiar. Existem outras cidades na mesma essa situação?

Somente as cidades de São José de Ribamar e Paço do Lumiar rescindiram contrato com a Caema na gestão passada. Mal receberam o sistema e já fizeram reajuste de quase 50 % na tarifa de água sem ainda nenhum incremento de serviço. A Caema está analisando que tipo de providência vai tomar com relação a esse destrato feito na ges-

tão passada.

E com relação à questão do esgotamento sanitário na ilha. O que a Caema tem feito nesse sentido?

Nós temos R\$ 425 milhões em obras contratadas para melhorar o esgotamento do sistema sanitário de São Luís. Apesar de termos este valor com esta quantidade de contratações para os seis sistemas de esgotamento sanitário de São Luís, estamos procurando destravar a liberação desses recursos. Estive em Brasília na última quarta-feira no Ministério das Cidades e no Ministério do Turismo para liberar esses recursos. Vamos ainda estabelecer um novo cronograma de uma das empresas que estavam com a execução das obras bastante atrasadas. E em outro caso nós tivemos que fazer uma rescisão de outra empresa para que as obras pudessem fluir com mais naturalidade. Nós temos a possiblidade de elevar o nosso tratamento de esgoto para padrão mais civilizado para que no fim da nossa gestão, possamos aumentar mais ou menos em 10 a 12 vezes o que a gente trata de esgoto atualmente em São Luís.

Sobre a balneabilidade das praias de São Luís, tive uma reunião com a Secretaria de Turismo e vamos traçar uma ação conjunta com Caema, Secretaria Estadual de Meio Ambiente para acessarmos o Ministério do Turismo



2º CADERNO (URBANO) - URBANO - PAG.: 01 E 02

POSITIVA - CM.: 1152 (96 x 12 col)

DAVI TELLES FALA DA ATUAL SITUAÇÃO DA CAEMA E O PLANO DE GESTÃO

e garantirmos a balneabilidade das nossas praias. Temos também que fazer uma ação conjunta para despoluir a Lagoa da Jansen para incrementar o turismo. A gente considera a despoluição da Lagoa da Jansen factível de fazer. Estamos estudando o orçamento para isso. A intenção neste primeiro semestre é reduzir 12 emissões de afluentes que são despejadas na lagoa, mas a quatidade geral de afluentes são quase 40, mas a gente tem possibilidade de realizar algumas intervenções. Isso só dará certo se houver uma ação coordenada. Não adianta a Caema trabalhar sozinha. Quem deve capitanear esse movimento é a Secretaria de Meio Ambiente junto com a Secretaria de Turismo. A Caema vai fazer a parte dela, que é ajudar a dispoluir a Lagoa da Jansen.

Oqueo consumidor maranhense pode esperar desta nova gestão com relação aos serviços prestados pela Caema?

Primeiro de tudo, enquanto cidadão e pessoas humanas, a Caema entende que o acesso à água tratada é um direito fundamental assegurado na Constituição Brasileira. Então, nessa perspectiva estamos implementando o Programa Água Para Todos, que nós vamos garantir a médio prazo o fim da intermitência do abastecimento de água em São Luís e para as cidades com menor IDH. Agora com relação às pessoas como clientes, elas podem esperar da Caema respeito, relação de transparência e acesso aos nossos meios de contato. A Caema quer que os consumidores tragam as suas reclamações para identificar os gargalos de abastecimento de água em São Luís e no interior do estado. Por isso.

que estamos estabelecendo diálogos instituicionais.

Qual a prioridade da Caema?

Nesta gestão, é ampliar os nossos mercados. A gente espera trazer as 19 cidades que não fazem parte do sistema da Caema e estão no Mais IDH, como clientes do abastecimento. Estamos negociando com outras prefeituras para virem para a Caema. Vamos reestruturar a Caema. Esse é o nosso maior desafio. Queremos tornar a Caema avitária. Em relação à área central da cidade, estamos providenciando a perfuração de seis poços que vão reduzir e muito o sofrimento da população com o abastecimento de água tratada. Os poços serão no Parque do Bom Menino, Praça Catulo da Paixão Cearense, na Vila Passos, na Praça da Misericórdia no Centro, no Bairro de Fátima, perto do Clube dos Oficiais, e um poço no Outeiro da Cruz, que são regiões que sofrem com desabastecimento. Essa é uma ação imediata. Além disso, já procuramos os bombeiros para destravar a licitação do Sistema Paciência que atende a Cohab e o Cohatrac, além de estar reativando poços avulsos que atendem Santa Bárbara, Vila Vitória e Vila Magril, sem esquecer das ações que estamos fazendo na Avenida Litorânea e a obra de desobstrução de emissários de esgoto na Praia do Olho d'Água.



2º CADERNO (URBANO) - URBANO - PAG.: 01 E 02

POSITIVA - CM.: 1152 (96 x 12 col)

DAVI TELLES FALA DA ATUAL SITUAÇÃO DA CAEMA E O PLANO DE GESTÃO



Sobre a balneabilidade das praias de São Luís, tive uma reunião com a Secretaria de Turismo e vamos traçar uma ação conjunta com Caema e Secretaria Estadual de Meio Ambiente para acessarmos o Ministério do Turismo e garantirmos a balneabilidade das nossas praias. Temos que fazer também uma ação conjunta para despoluir a Lagoa da Jansen para incrementar o turismo





"Hoje o valor de receita líquida da Caema varia de R\$ 20 milhões a R\$ 26 milhões/mês. No entanto, temos despesas ordinárias de R\$ 30 milhões. Temos um déficit de oito a nove milhões por mês. Qual é o segredo para acabar com esse déficit? Primeiro a gente tem que hidrometrar. A gente tem que cobrar pela água que produz e combater perdas. Para que as pessoas tenham a consciência de consumir água de forma racional. E outro é aumentar a receita da Caema e diminuir as despesas desnecessárias da Caema, adotando uma metodologia rigorosa com relação a gastos públicos. Ela tem que gastar só o que for necessário



01/02/2015 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 10 POSITIVA - CM.: 40 (20 x 2 col)

DPE-MA OBTÉM LIMINAR FAVORÁVEL A JOVENS VÍTIMAS DE ALIENAÇÃO PARENTAL

DPE-MA obtém liminar favorável a jovens vítimas de alienação parental

Como resultado de ação judicial, com pedido de tutela antecipada, deferida esta semana, pelo Poder Judiciário, a Defensoria Pública do Estado (DPE- -MA) pretende dar fim a um caso de alienação parental praticada pelo pai de duas adolescentes, acompanhadas pelo Núcleo Regional da instituição, em São José de Ribamar. Além de receber advertência, podendo ter suspensa a autoridade sob suas filhas, o réu, caso não pare com os abusos psicológicos, poderá ser multado em R\$ 500 por cada infração cometida.

Conforme Lei 12.318/2010, considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

O despacho favorável do juiz Márcio José do Carmo Matos Costa, titular da 3ª Vara Cível, da Grande São Luís, baseou-se em relatos e cópias das mensagens de texto, trocadas pelo pai e as duas filhas, que mostram claramente as investidas do genitor no sentido de desqualificar a imagem da mãe das menores. "Não se pode mais tolerar, em tempos atuais, a prática desses abusos por parte de um dos pais, deixando seus filhos intimidados, em face das agressões psicológicas sofridas", ressaltou o magistrado, que definiu, ainda, a data de 30 de abril para a audiência onde serão ouvidas as vítimas.

A ação para reconhecimento de alienação parental e aplicação de medida protetiva foi requerida pela mãe das adolescentes, sob a assistência da defensora pública Elainne Barros, que contou com a participação do defensor Cosmo Sobral. Conforme consta nos autos, os abusos tiveram início desde a separação do casal, ocorrida em dezembro de 2012. O acusado passa a "desqualificar a outra genitora no exercício da maternidade, na retidão quanto à administração da pensão alimentícia e no que diz respeito à própria personalidade de sua ex-esposa. Além disso, abusa psicologicamente das próprias menores, culpando-as pela sua atual condição financeira e pelo seu afastamento afetivo em relação a elas".

Embora a mãe tenha tentado, por várias vezes, manter diálogo com o réu, na esperança de pôr fim aos insultos e intimidações, tudo permaneceu da mesma forma, obrigando-a buscar a Justiça para ter seus direitos resguardados. "Essa situação, além de representar nefasto e, quiçá irreparável, prejuízo psíquico às menores, tolhe o direito de a requerente conviver harmonicamente com suas filhas haja vista ser constantemente desqualificada perante estas com acusações e injúrias", resumiu os defensores de Ribamar.

Além da Lei nº 12.318/2010, o pedido da Defensoria Pública do Estado teve como embasamento o capítulo II do Estatuto da Criança e do Adolescente, que garante o "Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade" a todas às crianças e adolescentes como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis (Art. As violações praticadas pelo réu ferem, ainda, a Lei nº 13.010/2014 (vulgarmente conhecida como "Lei da Palmada" ou "Lei Menino Bernardo") que incluiu os artigos 18-A e 18-B no Estatuto da Criança e do Adolescente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - JUÍZES 01/02/2015 - JORNAL PEQUENO 2º CADERNO - OPINIÃO - PAG.: 3 POSITIVA - CM.: 66 (22 x 3 col) À NOITE ANDAMOS EM CÍRCULOS



José Luiz Almeida

Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Escreve para o Jornal Pequeno aos domingos, quinzenalmente / jose.luiz.almeida@globo.com / www.joseluizalmeida.com

À NOITE ANDAMOS EM CÍRCULOS

título e os fundamentos dessas reflexões tomo emprestado do romance do peruano Daniel Alarcón (Tradução de Rafael Mantovani, Objetiva, 2014), um dos mais envolventes romances que li no ano que se findou, considerado, nos Estados Unidos, um dos melhores de 2014.

O romance, do peruanoianque antes nominado, é montado como um jogo, num país andino da América do Sul, cuja questão central gira em torno de um grupo de teatro experimental, o **Diciembre**.

Para construir a narrativa, que se passa na cadeia, mais precisamente no maior presídio do Peru, Lurigancho, o autor passou uns dias no presídio, como jornalista, observando o comportamento dos detentos. E foi exatamente da observação do comportamento dos sentenciados que nasceu o título do livro. E que o autor observou que, à noite, depois do jantar, vários presos eram levados a um pátio, onde passavam a andar em círculos, devido ao diminuto espaço físico.

E possível, sim, à luz dos fatos que inspiraram o autor, refletir, metaforicamente, em face de outras situações que testemunhamos no dia a dia, que nos fazem andar em círculos, sem sair do lugar, sem nenhuma perspectiva.

Viver uma rotina, ir todos os dias aos mesmos lugares, tomar remédios de uso contínuo, fazer as mesmas viagens por ocasião das férias, dormir e fazer refeições no mesmo horário equivalem, sim, para as mentes mais inquietas, andar em círculos.

Valho-me da metáfora para argumentar que, no caso no Poder Judiciário, a sensação que tenho, depois de quase trinta anos de lida, é que estamos vivendo a mesma realidade dos personagens citados pelo autor peruano.

É que, por mais que façamos, por mais que nos dediquemos, por mais que julguemos, temos a sensação de estar agindo como quem enxuga gelo, já que o acervo de processos aguardando julgamento apenas aumenta, deixando na sociedade a triste e perigosa sensação de que não vale a pena recorrer ao Poder Judiciário, o que, em muitos casos, tem estimulado a autodefesa.

Nesse panorama, caminhamos celeremente para
os 100 milhões de processos em curso nas mais variadas instâncias, sem a
perspectiva de julgamento,
a tempo e hora, causando
uma grave instabilidade
nas relações sociais.

Diante desse quadro, caminhando em círculos, as alternativas são, definitivamente, as vias alternativas de solução dos litígios, que temos implementado no Maranhão, com os Centros de Conciliação, e, agora, a fortiori, com a enorme e alvissareira perspectiva que se abre com o novo Código de Processo Civil, que estabelece que

o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos, e que a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por magistrados, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial, que busca valorizar, fortalecer e sistematizar, no âmbito nacional, os mecanismos de autocomposição.

Com o novo Código de Processo Civil, a audiência de conciliação será implementada na fase inicial da ação. Contudo, ainda que ela não seja alcançada nessa fase preambular, o juiz estará autorizado a tentar novamente um acordo durante a instrução do processo. Ademais, há previsão de instalação das câmaras de conciliação nos tribunais, com corpos especializados para essa finalidade. A conciliação, outrossim, também será pré-requisito na análise de pedidos de reintegração de posse que durarem mais de um ano e que envolvam invasões de terras e imóveis

É, definitivamente, uma enorme perspectiva que se abre. Acho que, com as soluções alternativas dos conflitos, inaugurada e implementada a cultura de conciliação, em face da hoje nefasta e sedimentada cultura da litigiosidade, imagino que, logo, logo, deixaremos de andar em círculos, que, já se sabe, não nos tem levado a lugar nenhum.



Projeto social

A juíza Maria Eunice do Nascimento, titular do 2º Juizado Especial Criminal de São Luis, editou o edital no qual convoca entidades a participarem da seleção de projetos sociais. Os projetos selecionados vão receber recursos financeiros arrecadados com as transações penais, prestações pecuniárias e suspensão condicional do processo ou da pena. As inscrições poderão ser efetuas no período de 2 de fevereiro a 15 de março, das 8:00 às 17:00, da segunda a sexta-feira na sede do juizado que fica na avenida Casemiro Júnior, número 260, no bairro do Anil.



POSSE E ELEIÇÃO

É hoje o dia em que os deputados estaduais eleitos em outubro de 2014 tomarão posse e, em seguida, elegerão a nova Mesa Diretora da Assembléia Legislativa. A solenidade está marcada para as 09 horas e contará com a presença do governador, presidentes dos tribunais de Justiça, Eleitoral, e Contas e outras autoridades. Empossados, os deputados legitimam o direito de votarem na chapa liderada pelo deputado Humberto Coutinho (presidente) e Othelino Neto (1° vicepresidente). Para os demais cargos, até o mento que encerrava a coluna, ainda poderia haver mudanças. O que está definido, também, é que o "sarneysista" Rogério Cafeteira será o líder do governo de Flávio Dino. "Coisas da política"!...

MURAD

Incentivada pelo pai, a partir de hoje ex-deputado Ricardo Murad, a deputada Andréa Murad (PMDB), mesmo entendendo que não tem chance de vitória, mantém a sua candidatura a presidente da Assembléia Legislativa, em confronto ao favorito Humberto Coutinho (PDT). A intenção da deputada peemedebista é marcar posição contra o governo Flávio Dino, do qual Humberto é um dos principais aliados de primeira hora. Andréa deverá ser a líder da Oposição na AL. Vai liderar uma bancada igual ou menor do que aquela contrária ao governo de Roseana. É que muitos deputados não conseguem largar o osso... "Osso dos leões" deve ter um sabor diferente...